

O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SÃO PAULO E A INTERIORIZAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS: O CASO DE RIBEIRÃO PRETO

THE DEPARTMENT OF PHYSICAL EDUCATION OF SÃO PAULO AND THE INTERIORIZATION OF CHILDREN PLAYGROUNDS: THE CASE OF RIBEIRÃO PRETO

Sérgio César da FONSECA*
Débora Menengotti FERREIRA**
Maria Beatriz Ribeiro PRANDI***

Resumo: A história da Educação Infantil no Brasil conta com políticas públicas voltadas para a assistência e a saúde das crianças pobres. Entre essas políticas, surge, em 1934, no Estado de São Paulo, o Parque Infantil, instituição híbrida que assumia responsabilidades não somente pela educação dos alunos que recebia, mas, também, pela assistência médica, dentária, alimentação e recreação dos mesmos. Gradativamente, a proposta da instituição se difundiu por algumas cidades do Estado e até mesmo da Federação e, em 1951, por intermédio do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, o projeto torna-se realidade também na cidade de Ribeirão Preto. O presente estudo se propõe a analisar o processo de interiorização dos referidos Parques Infantis.

Palavras-chave: História da Educação; Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo; Parque Infantil.

Abstract: The history of the Infatle Education in Brazil has public policies focused for the care and health of poor children. Among these policies, appears in 1934 in the state of São Paulo, the Children's Playground, hybrid institution that assumed responsibility not only for the education of students who received, but also for medical care and dental care, meals and recreation of them. Gradually, the proposal of the institution was spread by some cities in the state, and also of the Federation, and in 1951, through the Department of Physical Education of the State of São Paulo, the project becomes a reality in the city of Ribeirão Preto. This study aims to analyze the process of interiorization of these Children's Playgrounds.

Keywords: History of Education; Department of Physical Education of the State of São Paulo; Children's Playground.

Introdução

A partir de 1951, um tipo especial de escola foi implantado em Ribeirão Preto: o parque infantil. Em suas atividades, o parque praticava a proposta que o consagrou

* Doutor em Educação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara). Professor Doutor – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (USP), Av. Bandeirantes, 390, CEP: 14040-901 – Ribeirão Preto, SP, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: sergiofonseca@usp.br

** Mestranda em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (USP), Av. Bandeirantes, 390, CEP: 14040-901 – Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: debora.ferreira@usp.br

*** Mestranda em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Departamento de Educação, Informação e Comunicação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (USP), Av. Bandeirantes, 390, CEP: 14040-901 – Ribeirão Preto, SP, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: bia.prandi@usp.br

desde os anos 1930 sendo a prioridade à recreação, aos cuidados higiênicos e à educação física das crianças. Desde os primeiros exemplares surgidos na cidade de São Paulo, na década de 1930, o parque infantil constituiu um modelo forte o suficiente a ponto de encorpar projetos assumidos pelo governo estadual, no Departamento de Educação Física do Estado (DEF-SP),¹ chegando esse órgão a pautar a criação dos primeiros parques de Ribeirão Preto e de várias outras cidades no interior paulista durante as décadas de 1940 a 1960, pelo menos.

Ainda que a questão, à primeira vista, aparente ser local, a história dos parques infantis em Ribeirão Preto precisa ser reconstituída porque parte dela se relaciona ao legado dos similares originados desde os anos 1930 na cidade de São Paulo, cujo modelo, que fora tão expressivo de certa política de educação da infância, legou referências que indiretamente influenciaram a elaboração de uma ação estadual para implantar e gerir parques infantis por diversas cidades do interior paulista, a partir do final da década de 1940. Justamente nessa época, o projeto de parques infantis em processo de implantação em Ribeirão Preto foi orientado por um órgão do governo estadual, o DEF-SP, que, na década de 1930, teve vínculos formais com órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo, responsáveis por implantar na cidade os parques.

A partir destas questões, no presente artigo tratamos de um conjunto de fontes que levou a um percurso no qual partimos de um aspecto da história dos parques infantis no interior de São Paulo tomando por referência a sua chegada a Ribeirão Preto, a partir de fins da década de 1940. As fontes de estudo neste trabalho, por sua vez, compõe grupos significativos de acordo com sua autoria, uma vez que temos documentos de cunho oficial, produzidos pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, sendo algumas de suas publicações e outros exemplares documentais originários da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Além dessas, há artigos provenientes dos periódicos de Ribeirão Preto, como também algumas imagens que selecionamos a partir de séries de fotografias sobre o cotidiano dos parques ribeirão-pretanos publicadas em álbuns comemorativos, além de relatórios das administrações municipais da década de 1950.

As cidades e a infância: os parques infantis como espaço educativo

Nicanor Miranda (1941) elabora uma considerável genealogia da origem dos parques infantis, situando sua origem na Alemanha do século XIX, à época da guerra franco-prussiana², tempo em que são enunciados os primeiros princípios acerca do seu

valor educativo. Segundo Miranda (1941), os professores de um colégio daquele país iniciaram uma experiência em que os alunos eram levados duas vezes por semana a uma praça para realizar jogos organizados. Com o tempo, convencidos dos benefícios dessa dinâmica no programa escolar, inauguraram uma campanha em prol dos jogos em espaços abertos por toda a Alemanha. Em pouco tempo, a Dinamarca, que já possuía a ginástica como parte integrante do currículo nas escolas públicas, também aderiu ao movimento e, em 1891, foi criada a Associação de Parques de Copenhague com a finalidade de estimular a instalação deles no país. Nos Estados Unidos, coincidentemente no mesmo século XIX, também haviam parques destinados à recreação infantil na forma de um tabuleiro de areia em jardins públicos, contando já em 1886 com três parques instalados por uma comunidade filantrópica da cidade de Boston. No século XX a ideia chega à França, comparado ao “playground” americano, tendo sido implantada graças à iniciativa de um médico otorrinolaringologista em 1930. Sobre parques franceses, Miranda (1941) esclarece:

A organização dos serviços dos “squares d’enfants” de Paris era relativamente precária [...]. As instalações modestas e exíguas. As áreas livres excessivamente limitadas. Não havia professores ou instrutores de educação física, não havia jogo organizado, as crianças se entregavam totalmente ao jogo livre, apenas assistidas pelas dirigentes. As meninas entretinham-se, algumas vezes, com pequenos trabalhos manuais, de preferência costura. Antes das refeições, ensinava-se às crianças a lavar as mãos e o rosto. Após os repastos dormiam a sesta. (MIRANDA, 1941, p. 7).

Segundo Pimenta (2008), os Parques Infantis de Paris serviram de inspiração para a implantação dessas instituições em Portugal no ano de 1933. Em Lisboa, entretanto, o atendimento parecia ser mais completo, pois contava com “comida, roupas, sapatos, remédios, vacinas, radiografias, regras de higiene, de moral e de religião.” (Pimenta, 2008, p. 278).

No início do século XX, as autoridades norte-americanas começaram a observar o valor social de um parque bem organizado e, procurando melhorar as suas instalações já existentes, criaram a *Playground Recreation Association* para arrecadar fundos em prol das instituições. Até o início dos anos 1940, segundo Miranda (1941), já eram 9.749 parques implantados em 1.204 cidades diferentes dos Estados Unidos. Os outros países que registraram a instalação de parques até 1941 foram Canadá, com 313 unidades, México, onde as *Misiones Culturales* realizaram estudos acerca das condições de vida das crianças do campo e defenderam a sobrevivência de jogos e danças da cultura nacional. A partir desse trabalho das *Misiones*, os parques se

difundiram não somente na área urbana como também na zona rural. O Chile também criou parques, com registros das primeiras movimentações para sua criação desde 1917, mas apenas em 1923 o primeiro entrou em atividade, sendo que mais 27 deles existiram país até o ano de 1941.

Além da simultaneidade entre Europa e América quanto à adoção do parque como lugar reservado à infância nas cidades, do ponto de vista das ideias pedagógicas que sustentaram o valor educativo da recreação, sem dúvida a pedagogia de Froebel (1782-1852) foi tomada por doutrina base dos propósitos educativos dos parques infantis. A grande similaridade entre os princípios froebelianos e a ideia de associar o uso de espaços abertos, porque menos ou nada murados que os da escola, e a recreação, princípios bases dos parques, explicariam o fato de o filósofo e pedagogo alemão ser influenciador da pedagogia dos parques infantis na Europa e na América. Para Froebel, conforme explica Kishimoto (2002), a brincadeira seria a chave para o desenvolvimento infantil integral e, por isso, parte essencial do trabalho pedagógico. Esses princípios, inclusive, são as bases do *Kindergarten*, de Froebel, cujo nome expressa uma metáfora na qual o contato com a natureza e a educação se traduzem como sendo as crianças pequenas plantas e o professor, o cultivador responsável pelo seu crescimento. As atividades propostas nesse jardim estavam relacionadas à percepção sensorial, à linguagem oral e à exploração de brinquedos e de diferentes materiais nas atividades de criação dos alunos (papel, argila e serragem, por exemplo). As narrativas também eram parte fundamental do projeto do *Kindergarten*, pois mitos, lendas e contos de fada serviam, segundo Froebel, para desenvolver a capacidade mental das crianças. (KISHIMOTO, 1996).

Em São Paulo, a proposta para os parques infantis adotada durante a gestão do prefeito Fábio Prado (1934-1938) apresentava semelhanças com os princípios de Froebel. Ainda que a pedagogia deste tenha origem no século XIX, ela já repercutia no Brasil desde os anos 1870, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, onde os trabalhos das professoras do Jardim de Infância da Escola Normal Caetano de Campos, eram assumidamente inspirados pelas ideias e métodos do pedagogo alemão³. Desde sua criação, o Jardim de Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos foi um centro de aplicação e divulgação de Froebel na capital paulista. Embora não existam ligações diretas entre o projeto parqueano da década de 1930 e o Jardim de Infância, é possível inferir que Froebel era uma referência circulante no meio pedagógico paulistano quando se tratava de fazer e pensar a educação de crianças pequenas.

Em termos formais, a concepção de Parque Infantil paulistana expressa no Ato Municipal n. 767, apresentava entre suas justificativas o propósito de intervir nas “más condições hygienicas e moraes” nas quais se desenvolviam as crianças dos bairros pobres, além de reconhecer que o crescimento da cidade cada vez mais subtraía das crianças “espaços ao ar livre, pateos, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos”. A correlação entre desenvolvimento da criança e a necessidade de espaço para esse tivesse lugar é determinante na concepção arquitetônica dos parques que, apesar de enxuta, era projetada a fim permitir o lazer em espaços amplos e dotados de vegetação e *playground*, onde eram instalados os equipamentos de lazer.

Entre os anos de 1934 e 1938, enquanto esteve na gestão do município, o prefeito Fábio Prado entregou o Parque Infantil da Lapa, o do Parque D. Pedro II e o de Santo Amaro; além disso, construiu outros quatro que foram entregues na gestão de Prestes Maia, em 1938, no Tatuapé, na Barra Funda, no Catumbi e Vila Romana (NIEMEYER, 2001).

Além disso, do ponto de vista cultural, a proposta parqueana de São Paulo foi influenciada por Mário de Andrade, que, na função de chefe da Divisão de Expansão Cultural, então um dos braços do Departamento de Cultural, defendia os parques como meio de se resgatar a criança do espaço restrito que a sociedade industrial a colocava. Segundo ele, a infância não deveria mais ser submetida ao trabalho e à disciplinarização (subordinação ao adulto), mas deveria ser compreendida como etapa do desenvolvimento cultural do sujeito e da construção da identidade nacional por parte da coletividade. (FARIA, 1999a).

Ao lado do folclore, jogos e brincadeiras eram as atividades principais do Parque Infantil, fazendo com que as crianças participassem do projeto de construção da cultura nacional. MA acreditava que a criança não só aprende e consome a cultura do seu tempo, como também produz cultura, seja a cultura infantil de sua classe, seja reconstruindo a cultura à qual tem acesso. (FARIA, 1999a, p. 48).

A originalidade do parque infantil proposto por Mário de Andrade e implementado a partir de sua gestão e influência diferia do uso circunstancial do parque como espaço livre para a infância dentro da cidade ocupada, como fora frequente até então por onde os parques foram concretizados mundo afora. Era fato comum à história dos parques infantis até a década de 1930, por onde havia surgido, que brincar fosse a ocupação precípua das crianças, com a diferença de o projeto parqueano de Mario de Andrade valer-se da centralidade dos jogos e brincadeiras para fazer deles o meio de

incluir entre as crianças a cultura nacional, suas manifestações, suas formas de divertimento, enfim, de brasilidade e, com isso, que a criança recebesse e reconstruísse a cultura. Embora autoral e marcante, essa concepção de parque e de criança como participante da produção da cultura marcou-se pela brevidade, uma vez que a administração municipal sucedânea à do prefeito Fábio Prado, tinha outros planos para os parques infantis da cidade. Em correspondências escritas por Mário de Andrade nessa ocasião, são relatadas as turbulências do período: “(...) aqui, um governo de vingança, acompanhado de um prefeito vesgo e um diretor burro e ignorante, acabam tudo!” (ANDRADE, 1981, p. 131).

A partir de 1938, o prefeito Prestes Maia determinou mudanças radicais nas políticas do município, o que inviabilizou a concretização do projeto que Mário de Andrade idealizou para os parques infantis. Isso fez com que o intelectual abandonasse o cargo seis meses após a posse de Prestes Maia. (NIEMEYER, 2001)

Por fim, a mudança capital ocorreu em 1950 com a publicação do “Relatório Moses” – encomendado pela prefeitura ao urbanista americano Robert Moses, com vistas as melhorias de tráfego e de serviço público na cidade – que classificou os parques infantis como instituição de alto custo e defendeu a implantação de programas de lazer menos dirigidos. (NIEMEYER, 2001). A partir das recomendações do Relatório, a década de 1950 é o tempo do esvaziamento dos princípios e práticas que caracterizaram os parques infantis da cidade desde as suas criações nos anos 1930. Junto do desinvestimento político nos parques, tal como foram concebidos, ainda em meados dos anos 1950 é instituído o ensino primário público no município, conforme o Decreto-lei Municipal n. 3.185, de 1956. É com este decreto que ficam organizadas as três novas tipologias desta etapa de ensino, quais são: ensino primário fundamental, ensino primário complementar vocacional e ensino primário supletivo-elementar – os quais seriam desenvolvidos em “escolas ou classes singulares ou agrupadas” com, no mínimo, 40 crianças em idade escolar (SÃO PAULO, 1956).

O DEF-SP: representante de um projeto de parques infantis centrado na educação física

O DEF-SP é o artífice dessa ligação entre o legado dos parques infantis paulistanos da década de 1930, tão reconhecidos pela influência de Mario de Andrade na sua concepção e a de outro modelo, ainda como parque infantil. Porém, ancorado inteiramente na educação física como mote de sua pedagogia. Coincidentemente, na década de 1930, época em que os parques infantis eram novidade na cidade de São

Paulo, era criado o DEF-SP e, logo no início de suas atividades, o Serviço Municipal de Jogos e Recreios da capital reservou a ele um assento na comissão que compunha esse serviço da Prefeitura Municipal. De acordo com o Ato Municipal nº 767, de 9 de janeiro de 1935, que, ao criar o Serviço Municipal de Jogos e de Recreios, determinou que, entre os membros Comissão Municipal de Recreio – órgão deliberativo e consultivo desse serviço - deveria haver um representante do Departamento de Educação Física do Estado. Mais tarde, o Ato Municipal nº 795, de 15 de fevereiro de 1935, mudou a denominação do Serviço Municipal de Jogos e Recreios para Serviço Municipal de Parques Infantis, reforçando com isso o seu papel na organização, instalação e orientação dos parques paulistanos.

Em 30 de maio de 1935, o Ato nº 861 criou o Departamento de Cultura e de Recreação da cidade de São Paulo e determinou que seu organograma fosse composto por quatro divisões, quais sejam: Divisão de Expansão Cultural; Divisão de Bibliotecas; Divisão da Documentação Histórica e Divisão de Educação e Recreios (responsável pelos Parques Infantis, pelos campos de atletismo e pelas diversões públicas). Sobre a Comissão Municipal de Parques, essa legislação reiterou o lugar reservado a um representante do Departamento de Educação Física do Estado na sua composição e, além disso, estreitou relações com esse departamento do estado, pois, entre as formações exigidas dos instrutores nomeados para trabalhar nos parques, o Ato 861 definiu que deveriam ter concluído o curso de educadores sanitários, à época oferecido pelo Instituto de Higiene, ou de educação física infantil, ministrado pelo mesmo DEF-SP.

Em 1938, o interventor federal Adhemar Pereira de Barros⁴ reorganizou o Departamento de Educação Física por meio do Decreto nº 9.605. A partir de então, subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o DEF passou a trabalhar no interior do Estado através de Inspetorias Regionais, instaladas em determinadas cidades. Logo em seguida, o Decreto nº 10.243 de 1939, no artigo 2º, definiu que em “todos os municípios será instalada uma comissão do Departamento de Educação Física, sob a presidência do Prefeito Municipal, com as funções de organizar e dirigir, conforme as diretrizes gerais fixadas, os núcleos locais”. Além disso, o Artigo 8º criou o cargo de “inspetor geral dos Serviços de Parques Infantis”, subordinado ao Diretor Geral do DEF e responsável por “organizar e orientar os serviços de Parques Infantis”. Ribeirão Preto, segundo Dalben (2009), era uma das cidades onde havia uma Inspetoria Regional.

Todas essas medidas administrativas e legais sinalizam o movimento do DEF-SP rumo à posição de ascendência sobre os municípios e suas prefeituras quando o assunto

eram os parques infantis. Este era o órgão do estado com a autoridade e designação para realizar gestões junto aos municípios a fim de fazer instalar parques infantis, contando, ainda, com o fato de haver interiorizado suas inspetorias por diversas cidades paulistas. Por isso é compreensível que DEF-SP tenha sido o mobilizador da Prefeitura de Ribeirão Preto e tenha feito chegar à urbe interiorana um modelo de parque infantil em quase tudo definido. As plantas, os projetos arquitetônicos, as atividades, enfim, os elementos físicos e educativos definidos pelo DEF-SP modelaram os primeiros parques infantis de Ribeirão Preto que, com o passar do tempo, incorporou esse tipo peculiar de escola à sua rede própria.

E, para realizar ingerências dessa natureza sobre as prefeituras, o DEF-SP tinha claro o que entendia por parque infantil e assim apresentava às administrações municipais um projeto definido. Nesse projeto, do modo como o DEF-SP concebia o parque, a atividade física era um ponto essencial na formação da criança. Desse modo, a educação física capitaneava o previsto para ser o cotidiano do parque por meio de variados tipos de atividades que ela poderia comportar ou com as quais seria compatível, como por exemplo, jogos livres e organizados, exercícios físicos e ritmados, natação e dança, incluindo-se ainda ensaios de dramatização, aulas de música, de canto, bem como trabalhos manuais (marcenaria, modelagem, bordado e costura) e também palestras, festivais, excursões e materiais da biblioteca. Como citado antes, o DEF-SP tinha quase tudo a oferecer às prefeituras, plantas, cursos e, principalmente, uma referência, a exemplo do que definia em seu manual: “[...] O Parque Infantil deve ser, portanto, um lugar aprazível, com espaço para correr e saltar, cheio de distrações, onde a criança sinta desejos de permanecer o maior tempo possível.” (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, p. 1). O manual previa, ainda, educadores especializados no acompanhamento das atividades desenvolvidas na instituição (jogos, exercícios físicos, trabalhos manuais artísticos, excursões) e profissionais voltados para o atendimento médico, dentário e alimentar das crianças.

Além do modelo com o qual contava, o parque infantil era um serviço inscrito no organograma do DEF-SP, cujo objetivo precípua era contribuir com as administrações municipais na implantação e organização de locais de recreação capazes de oferecer educação física, atividades recreativas, assistência médica às crianças de 3 a 6 anos e, no período oposto ao da escola regular, também às crianças de 7 a 12 anos.



Figura 1 – Exemplo de planta padrão do DEF-SP fornecida a Ribeirão Preto⁵

O Serviço de Parques Infantis do DEF-SP indicava aos municípios e aos dirigentes locais dos parques todas as diretrizes, seja de ordem administrativa ou educacional, como também, desde o princípio, assessorava na organização, inspecionando seu funcionamento e auxiliando desde o estudo da escolha da localização, como na confecção de projetos de construção e instalação. Enfim, o DEF-SP fornecia aos municípios todas as informações e instruções para a construção de um parque infantil, desde a escolha do terreno, plantas do pavilhão, desenhos de aparelhos e móveis até instruções sobre escolha do material de Educação Física. Além disso, o DEF-SP enviava também para as prefeituras um manual, elaborado em 1950, que esclarecia passo a passo o funcionamento de um parque, bem como sua organização e objetivos, exemplificando seus benefícios a partir de fotos dos parques infantis em atividade até aquele momento.⁶

Os parques infantis chegam ao interior paulista

O *Relatório de Atividades do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo*⁷ publicado em 1942 mostra que o seu próprio Serviço de Parques Infantis, nesse mesmo ano, estava plenamente ativo. Passado o período pioneiro dos parques

infantis na cidade de São Paulo, o DEF-SP levava para todo o estado um projeto de instituição para a educação da infância, algo similar à da experiência da década de 1930 na capital paulista, e, por outro lado, fortemente diferente pelo motivo de não ser mais centrado sobre o encontro entre as brincadeiras infantis e a cultura brasileira, como fora nos tempos de Mario de Andrade. No entanto, orientando pelo dirigismo da educação física sobre as ações das crianças no espaço parqueano.

Não obstante a centralidade da educação física no projeto parqueano do DEF-SP, o dirigismo desse departamento era também de natureza política e administrativa, bem como pedagógico. A começar pelo desenho do parque, do ponto de vista físico e de como seria organizado o seu espaço, o DEF-SP tinha como certo, no relacionamento com as prefeituras, que a ele cabia oferecer a maior parte das diretrizes, incluindo as de ordem administrativa e até as orientações pedagógicas, como também, desde o princípio, inspecionar o funcionamento dos parques em cada cidade onde existiam. Desde as tratativas, antes de as cidades contarem com parques, ou quando da ocasião da abertura de novas unidades em municípios que já os possuíam, as primeiras questões a serem resolvidas entre o DEF-SP e as prefeituras começavam pelo estudo da localização do novo parque, passando então, uma vez definido o bairro ou região, à preparação do projeto, depois alcançando a construção e, por fim a instalação do parque. Em todo esse processo, o DEF-SP fornecia aos municípios todas as informações e instruções para a construção de um parque infantil, desde sugestões para a escolha do terreno, as plantas do pavilhão, os desenhos de aparelhos e móveis até instruções sobre escolha do material de Educação Física, os jogos e os livros, como pudemos observar na preparação para a instalação dos dois primeiros parques infantis de Ribeirão Preto e, também, conforme demonstrado pela pesquisa de Dalben (2009).

Os resultados desse dirigismo do DEF-SP e das gestões que realizara junto aos municípios haviam alcançado números relevantes até o início da década de 1950. Até 1952, era considerável o número de cidades com parques em atividade, algumas com mais de um, perfazendo um total de 15 municípios, muitos concentrados nas regiões Central, Noroeste, Oeste, alguns no litoral e outros na proximidade de São Paulo, conforme a tabela 1. Embora ainda não houvessem chegado a outras partes do estado, como as regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paranapanema e ao Vale do Paraíba, os parques já desenhavam em 1952 um mapa que atesta sua interiorização pela via do dirigismo do DEF-SP. Esse resultado pode ser apurado de um evento promovido por esse departamento em 1952, ocasião em que ocorreu a 2ª reunião de Diretoras de

Parques Infantis, com a presença de representantes de todos os parques infantis do interior Estado de São Paulo.⁸

Participaram desse evento representantes dos parques infantis de 15 cidades do interior de São Paulo, sendo Araraquara, Santos, Marília, Pinhal, Campinas, Jundiaí, Ibitinga, Pirajuí, Piracicaba, Itu, Mogi das Cruzes, Tremembé, São Vicente, Franco da Rocha e Ribeirão Preto. Desde quando a experiência paulistana da década de 1930 lançou os parques como um espaço não escolar (ou semi-escolar) de educação da infância e, incluindo, ainda, a mudança de orientação e produção de um outro projeto parqueano pelo DEF-SP, a partir dos anos 1940, a lista de cidades participantes desse encontro desenha um mapa do deslocamento de um modelo para o interior. Não é o mesmo que foi pioneiro dos parques paulistanos, mas, é um modelo de espaço educativo para infância com referências próximas, a começar pela preferência por espaços amplos e não pelo confinamento em salas de aula, por associar parte da recreação com o uso de aparelhos do *playground* e pelo fato de as atividades visarem o período oposto ao da escola primária.

O encontro de 1952, além de sinalizar que interiorização dos parques estava em processo pelo fato de o DEF-SP influir junto às prefeituras e, ao mesmo tempo, destas também desejarem recebê-los, revela que em cada cidade já estava se formando contingentes regulares de crianças atendidas. Uma carta do então diretor geral do DEF-SP, Dr. Arthur Alcaide Valls, ao Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, Cel. Alfredo Condeixa Filho, em 18 de março de 1952, ao comunicar sobre os resultados da 2ª reunião de Diretoras de Parques Infantis, mostrava que esse departamento apurava o movimento de frequência de crianças, conforme um documento com a classificação dos Parques Infantis do interior do Estado pela frequência média diária obtida em 1951 (Tabela 1).⁹

Classificação	Parque Infantil	Frequência média diária	Mês em que obteve maior frequência	Observações
1 ^a	Bairro São José - ARARAQUARA	681	Set. 878	Inaug. 8/51
2 ^a	L.M.Barros - ARARAQUARA	297	Dez. 590	-
3 ^a	Olivia Fernandes - SANTOS	289	Mar. 429	-
4 ^a	L.M.Barros - SANTOS	242	Abril 311	-
5 ^a	Monteiro Lobato - MARILIA	209	Dez. 287	-
6 ^a	F.A.Florence - PINHAL	61	Jul. 231	-
7 ^a	C.C.Amaral - CAMPINAS	159	Out. 199	Dados até 11/51
8 ^a	Pref. M.A.Marcondes - JUNDIAÍ	155	Jul. 215	
9 ^a	V.D.Lins - CAMPINAS	143	Abril 100	Dados até 11/51
10 ^a	L.M.Barros - IBITINGA	134	Jan. 222	-
11 ^a	Pirajuí - PIRAJUÍ	108	Fev. 133	-
12 ^a	Piracicaba - PIRACICABA	103	Jul. 200	-
13 ^a	Recanto Infantil - ITU	103	Out. 139	Inaug. 10/51
14 ^a	Monteiro Lobato - MOGI DAS CRUZES	82	Jul. 121	-
15 ^a	Frei Leonardo - TREMEMBÉ	76	Jan. 143	-
16 ^a	Recanto Infantil - SÃO VICENTE	74	Jul. 91	Inaug. 1/51
17 ^a	Menino Jesus - FRANCO DA ROCHA	69	Nov. 89	-
18 ^a	Recanto Infantil 1 - CAMPINAS	63,5	Jul. 74	Dados até 11/51
-	Ribeirão Preto - RIBEIRÃO PRETO	-	-	Inaug. 12/51

Tabela 1 - Classificação dos Parques Infantis do interior do Estado de São Paulo pela frequência média diária obtida em 1951

Como o processo de criação de parques pelo interior não se esgotou em 1952, até 1957, de acordo com o projeto de Lei nº 786/59 publicado no Diário Oficial de 7 de maio de 1959, havia 45 parques infantis no interior do Estado de São Paulo, figurando Campinas e Ribeirão Preto com as duas cidades com mais parques infantis, cada uma com o total de 6.

Porém, conforme Nicanor Miranda¹⁰ (1941), a partir de 1941, Campinas e Marília já possuíam parques ao passo que Araraquara, Pirajuí e Amparo estavam prestes a instalar suas instituições. Miranda destaca ainda a presença dos parques em São Vicente, Santos e em Mogi das Cruzes. No âmbito federal, o autor cita os já existentes parques infantis do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul (com um deles em Porto Alegre e outros 26 no interior do Estado), da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Amazonas.

Araraquara inaugurou o seu primeiro parque infantil em 1941, denominado “Leonor Mendes de Barros¹¹”. Dez anos depois, a cidade recebeu o segundo parque e, em 1969, o terceiro. Pereira (2008) afirma que, do mesmo modo como fora com Ribeirão Preto, a orientação técnica ficava a cargo do Departamento de Educação Física do Estado e que o objetivo da instituição era o de prestar assistência às crianças pobres

da cidade. A recreação e a preparação para a entrada no ensino primário também faziam parte do programa.

Em 1940, Campinas construiu o Parque Infantil “Violeta Dória Lins”, no bairro do Cambuí. Mais tarde, em 1942, inaugura o segundo parque, “Celisa Cardoso do Amaral¹²” na Vila Industrial. Khulmann Jr. e Ramos (2001) definem que no primeiro momento, a estrutura que as instituições campineiras apresentavam era muito semelhante aos parques infantis da época de Mário de Andrade e seu controle era realizado por parte da própria prefeitura; com o Decreto-lei nº 346 de 1946. Porém, suas ações passam a ser controladas pela Seção de Ensino e Difusão Cultural e o Departamento de Educação Física do Estado passa a orientar a formação dos professores por meio do oferecimento de Cursos de Especialização.

O primeiro parque infantil de Sorocaba (Parque Infantil “Antônio Carlos de Barros”), inaugurado em 14 de dezembro de 1954, também sofreu influência do DEF-SP. Oliveira (2010) demonstra que a iniciativa surgiu a partir de um estudante de Educação Física, morador da cidade, que, conhecendo o projeto paulistano, resolveu levar a proposta para Sorocaba. Sua iniciativa inicial foi a de escrever mensagens no rodapé dos jornais locais alertando “autoridades e a população sobre a necessidade e os benefícios que os parques infantis trariam principalmente para os bairros” (OLIVEIRA, 2010, p. 56). O prefeito à época, por sua vez, sabendo desses comentários, resolveu concretizar a obra. Enquanto a construção era realizada, um grupo de professoras da cidade foi enviado a Araraquara para conhecer o funcionamento do parque infantil que já estava instalado na cidade; com a obra finalizada, foi o DEF-SP que se responsabilizou pelos cursos aos professores. (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

O ciclo de parques implantados pelo interior do estado segue com Americana inaugurando o seu primeiro em 1969. Há notícia também, como pudemos apurar no estudo de periódicos ribeirão-pretanos, que Orlândia e Ituverava tiveram parques infantis na mesma época, embora não tenha sido possível apurar se influenciados pelo DEF-SP. E, não bastasse o crescimento do número de cidades e parques pelo interior, o que surpreende por se tratar de uma instituição educativa para infância não exatamente integrada ao aparelho escolar paulista, muitos outros foram projetados e não concretizados, como esclarece Dalben (2009). Ainda segundo Dalben (2009), a vocação para prestar assistência a crianças foi sendo incorporada aos parques e por isso interessava aos municípios contar com uma escola que não era exatamente escola, mas que recebia crianças de bairros pobres.

Os parques infantis de Ribeirão Preto

Sobre o processo de criação dos parques infantis, entre os documentos levantados no acervo do Arquivo Público e Municipal de Ribeirão Preto, consta o primeiro registro acerca do seu processo de implantação na cidade: trata-se de uma correspondência de 29 de junho de 1947, na qual o diretor geral do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo solicita ao prefeito que informe o DEF-SP sobre o seu interesse na construção de um parque infantil na cidade. As correspondências que se seguem entre o prefeito e o Departamento compõem uma crônica sobre o processo de implantação do primeiro parque. De sua parte, o DEF-SP fazia a proposta de construção de um modelo específico de instituição, criado pelo próprio departamento, onde já estariam definidos o projeto arquitetônico, os equipamentos de lazer e, até mesmo, os gastos que seriam necessários.

Em determinada correspondência, datada em setembro de 1947, o diretor do departamento apresenta ao prefeito uma técnica de educação, funcionária do Departamento Nacional da Criança (DNCr, órgão da administração federal) que, em visita à cidade, seria responsável por fazer uma análise da estrutura da cidade para, assim, colaborar com a prefeitura na construção do seu primeiro parque infantil. Poucos dias depois, em 30/09/1947, o diretor agradeceu a acolhida do prefeito à técnica e informou que a planta do primeiro parque infantil da cidade estava sendo elaborada pelo seu departamento. No mês seguinte (24/10/1947), duas plantas foram enviadas para a cidade de Ribeirão Preto.

O suposto interesse da prefeitura pela realização da obra é questionado por uma correspondência de 1948 onde o chefe do DEF-SP afirma não ter recebido, até aquele momento, nenhuma resposta oficial do prefeito acerca dos projetos enviados anteriormente. Esse lapso se deve provavelmente à troca de prefeitos, ocorridos nas gestões entre 1947 e 1948. Em 1947, Rubem Aloysio Monteiro Moreyra recebeu os projetos do departamento; em 1948, José de Magalhães assumiu a prefeitura e, como informou em um telegrama datado de 15/07/1948, ainda não havia tomado conhecimento dos projetos e, apenas a partir da indicação do diretor do DEF-SP, encontrou os materiais entre os documentos da prefeitura. No mesmo telegrama, o prefeito José de Magalhães solicita os valores da implantação do projeto na cidade.

Em junho de 1950, a prefeitura define uma comissão que estudaria a viabilidade da construção do parque. Até 1951, entretanto, constam três correspondências enviadas

pelo DEF-SP com as orientações ao prefeito para a inauguração do primeiro parque infantil da cidade: a primeira trata das despesas mensais (salários da diretora, professora, “serviçais” e porteiro) e anuais (soma dos salários de funcionários, lanches e diversos); a segunda sistematiza os materiais necessários ao parque; e a última define as funções da diretora e da professora (com a especificação do gênero feminino como responsável por essas funções).

Percebe-se nessas correspondências que existia uma preocupação por parte do DEF-SP em relação a escolha dos funcionários para os parques. As orientações do Departamento indicavam que o número de funcionários deveria variar segundo a frequência média do parque, atentando-se ainda ao fato deste ter que ficar aberto o dia todo. Para o Departamento, o mínimo de pessoal técnico, para um trabalho eficiente, num parque com frequência de 200 crianças, num horário de 10h de funcionamento e de 5h de trabalho, deveria ser: 1 Diretora; 2 Professoras de educação física; 2 Professoras de educação infantil; 2 Professoras de recreação; 1 Educadora sanitária (também visitadora social); 1 Zelador; e 4 Vigilantes. O médico e o dentista poderiam ser designados para um só Parque Infantil ou haver colaboração, entre o serviço médico e o dentário e outros serviços médicos e dentários municipais e estaduais (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, p. 9).

A diretora teria função de grande responsabilidade, pois estaria a seu cargo toda a parte administrativa e técnica do parque, devendo, portanto, ter conhecimento de psicologia infantil, a par de uma cultura pedagógica geral, afim de orientar os professores no seu trabalho educativo e acompanhar o desenvolvimento das crianças nas inúmeras atividades do Parque (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, p. 9).

As professoras deveriam ser especializadas em educação infantil, educação física e recreação, devendo ter conhecimentos básicos de psicologia infantil, que auxiliariam seu trabalho. As professoras de educação infantil (com diploma de especialista em educação pré-primária) deveriam atender a seção dos pequenos. As professoras de educação física (com diploma de Escola Oficial de Educação Física) teriam como função específica a educação física nos seus diversos aspectos e as professoras de recreação deveriam cuidar da recreação como elemento de educação.

O zelador tinha como responsabilidade a guarda do Parque, de todo o material nele contido e de documentar o comparecimento diário das crianças. Os vigilantes tinham como dever o serviço de todas instalações do parque, auxiliando também no serviço de higiene das crianças e preparação do lanche.

Havia demasiada preocupação, por parte do DEF-SP, com o espaço e os equipamentos destinados para os parques infantis. No Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, podemos encontrar plantas e diversos estudos para parques infantis que foram enviados pelo DEF-SP para a Prefeitura de Ribeirão Preto. Há também projetos de aparelhos indispensáveis para a recreação destes parques, como também, catálogo de aparelhos para campos de recreio e ginásios, organizados por técnicos estadunidenses. Nota-se então a preocupação com a influência do espaço e equipamentos na pedagogia dos parques infantis.

Contudo, essa estrutura e planejamento não foi, necessariamente, concretizada, pela prefeitura de Ribeirão Preto, da maneira que o DEF-SP estabelecia. Podemos notar, por exemplo, essa alteração no planejamento do DEF-SP pela prefeitura, na figura 1, que apresenta a fachada do galpão principal do Parque Infantil Dr. Anita Procópio Junqueira (Vila Tibério) e a planta que o DEF-SP enviou para a prefeitura em março de 1952. Percebe-se que a construção realizada pela prefeitura apropriou-se do conceito da planta enviada pelo DEF-SP, mas edificou a construção conforme sua conveniência.

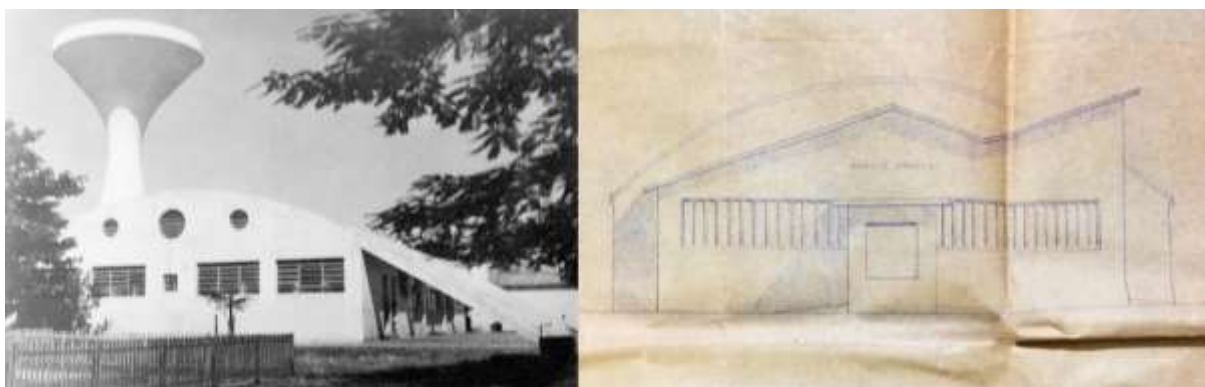


Figura 2 - Fachada do galpão principal do Parque Infantil da Vila Tibério e planta elaborada pelo DEF-SP¹³

Quando inaugurados os parques também não seguiam todos os pontos que o DEF-SP estabelecia. Os parques de Ribeirão Preto se tornaram locais e proporcionavam às crianças não só recreação, mas a maior assistência possível, tanto que eram realizados *in loco*, exames médicos e odontológicos periódicos, distribuição diária de merenda e transporte, para facilitar às crianças o acesso aos parques. Não há especificações do DEF-SP sobre como deveria ser feito esse transporte, nem se o mesmo era realizado nos parques de outras cidades. Entretanto, Ribeirão Preto tinha esse serviço como destaque de seus parques. De acordo com o jornal “A Tarde” (1953, p. 6), o transporte era um meio indispensável para a educação daquelas crianças, pois ocorria “diariamente por meio de caminhões da prefeitura, passando elas o dia todo no

aprazível logradouro. Sem dúvida de que se trata de medida digna de destaque, dado o caráter humanitário de que se reveste”. (A TARDE, 1953, p. 6). Até 1958 esse serviço era realizado através de caminhões adaptados com bancos de madeira e cobertos por lona, até ser aperfeiçoado em 1958, quando o então prefeito Costábile Romano autorizou, a partir da Lei Municipal nº 721, a aquisição de um ônibus para as crianças dos parques infantis.

Além do transporte, a rede de serviços médicos e odontológicos dos parques de Ribeirão Preto também era destaque. De acordo com o *Álbum histórico e fotográfico dos postos odontológicos do serviço dentário municipal de Ribeirão Preto*, elaborado em 1963 por Augusta Aguiar, então chefe da seção médico social-odontológica da cidade, com esses serviços realizados nos parques, segundo ela, não havia em Ribeirão Preto um município, reconhecidamente pobre, que não se beneficiou desta assistência, recebendo tratamento dentário completamente gratuito.



Figura 3 – Consultório dentário do Parque Infantil do Barracão em setembro de 1961. Foto: Miyasaka¹⁴

Dessa maneira, os parques de Ribeirão Preto se caracterizavam e diferenciavam pelo seu caráter escolar assistencialista, pois associavam os trabalhos recreativos com serviços de saúde, transporte e alimentação. Assim, se tornaram vitrine das administrações municipais. O *Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto*, por exemplo, organizado por João Emboaba da Costa a pedido da Prefeitura, em 1956, apresenta, sob o ponto de vista de Maria José Sampaio de Souza, a concepção que os jornalistas da época e a sociedade, em geral, possuíam sobre os Parques:

[...] Não pensem os menos avisados que os PIs sejam fornalhas onde ardem os ensinamentos de cultura geral, para enriquecer o intelecto das crianças, cravando-lhe a semente basilar para os grandes conhecimentos futuros. Isto não, porque este papel compete aos Grupos Escolares! Aos PIs cabe preparar o desenvolvimento físico e mental das crianças através de recreações apropriadas, cuidando, também, do lado cívico, através de comemorações das principais datas da nossa História. Por outro lado, o convívio das crianças desde a mais tenra idade, com outros meninos, proporciona-lhe grande desembaraço social, tornando mais firme a sua atenção, elucidando a sua capacidade visio-motora, imprimindo maior confiança no seu auto-domínio, propiciando-lhe esclarecida iniciativa própria e, por tudo, fecundando a sua inteligência embrionária.

Fôra estas vantagens, existe a da alimentação, a da assistência odonto-médica sob a orientação bem concatenada de Diretores e Professoras especializadas no assunto.

Como nos entusiasmos quando temos a oportunidade de acompanhar a uma criança que ingressa nestas utilíssimas Instituições da Municipalidade: muitas vezes tímida e acanhada, cresce física e mentalmente, sofrendo tão rápida transformação que, se não a houvéssemos observado antes, não a identificaríamos como o mesmo serzinho que se abre para um mais risonho porvir. (RIBEIRÃO PRETO, 1956).



Figura 4 - Aula de ginástica no Parque Infantil do Bosque em setembro de 1961. Foto: Miyasaka¹⁵

A parte da educação escolar pública que cumpria ao município muito deve ao DEF-SP e aos seus parques infantis para crianças de 3 a 12 anos. Curiosamente, a territorialidade dos parques pela cidade e o fato de serem tão peculiares do ponto de vista educacional – não eram caracterizadas como escolas, não possuíam semelhança com a proposta de pré-escola, mas, reconhecendo a criança como produtora e consumidora de cultura, tinham um projeto pedagógico voltado para os jogos

organizados e a brincadeira – dotaram Ribeirão Preto de uma rede de espaços educativos municipais que, ao longo dos anos que sucederam as décadas de 1950 e 1960, serviram como bases para a rede municipal de pré-escolas.

Antes, porém, os parques infantis começaram a sua história em Ribeirão Preto, primeiro devido à ingerência do DEF-SP, quando da gestão do prefeito José de Magalhães no ano de 1951. A partir daí, duas gestões municipais fizeram dos parques a marca das realizações do governo em matéria de assistência e educação da infância. Primeiro, quando Alfredo Condeixa Filho assumiu o governo municipal, tomou frente das inaugurações até 1955. Entre 1955 e 1959, Costábile Romano assumiu a prefeitura e fez dos parques a instituição modelo de sua gestão quando se tratava de oferecer educação, assistência e cuidados aos filhos das classes populares. Tanto essas gestões como a década de 1950, portanto, são marcantes para o ingresso dos parques e a sua consequente apropriação e incorporação ao corpo de serviços públicos de assistência e educação do município. E o início desse ciclo ocorre com a inauguração do primeiro parque infantil ribeirão-pretano, em 8 de dezembro de 1951, no bairro do “Barracão” (atualmente conhecido como Ipiranga), batizado com o nome de “Peixe Abbade”. O segundo, chamado de “Parque Infantil do Bosque”, estava localizado no atual bairro Jardim Paulista e foi inaugurado em meados de 1952. Em 1954, é inaugurado o terceiro Parque da cidade (Parque Anita Procópio Junqueira), no bairro Vila Tibério.

Os bairros que receberam os três primeiros parques entre o fim da gestão de José de Magalhães e durante o governo de Condeixa Filho são considerados operários por Cione (1997). Em sua obra memorialística, Cione explica que o Barracão começou, como o próprio nome já diz, era um enorme barracão construído pelo governo para receber os imigrantes que chegavam à cidade após a abolição da escravatura para trabalhar na lavoura de café no final do século XIX. Tornou-se, ao longo do tempo, um bairro popular e majoritariamente formado pela classe trabalhadora, com características tanto da tradicional vila de cidade do interior quanto de periferia, possuindo áreas de ocupação irregular e algumas favelas nas partes mais distantes em relação ao centro. O segundo bairro a inaugurar seu parque infantil – Jardim Paulista – historicamente, era avaliado como um local abandonado e de terras desvalorizadas. Com a instalação do parque e a mobilização dos moradores locais, entretanto, foi conquistando obras de melhoramento público e, atualmente, é habitado pela classe média/alta da cidade. Já a Vila Tibério, possuidora do terceiro parque, é identificada como o bairro mais tradicional de Ribeirão Preto e tem sua história relacionada com a antiga estação ferroviária da Mogiana. Desde o começo do século XX, foi habitado por ferroviários,

agricultores e operários que vinham da Itália para o município em busca de ocupação. (CIONE, 1997).

Durante o governo de Costábile Romano (1955-1959), segundo a documentação obtida no Arquivo Municipal da cidade, foram criados mais quatro parques infantis: um no distrito de Guatapar (na época, pertencente à Ribeirão Preto), um no bairro dos Campos Elíseos (ambos em 1956) e os outros dois, inaugurados entre 1958 e 1959, no bairro Vila Virgínia e no distrito de Bonfim Paulista. Sobre a instituição do Distrito de Guatapar, tem-se uma nota, em um Relatório do Governo Municipal, que diz: “(...) atendendo às necessidades do Distrito de Guatapar, o prefeito Costábile Romano criou naquela localidade um amplo e bem instalado Parque Infantil, proporcionando às crianças daquele distrito um ambiente sadio e alegre, com um serviço de assistência  altura.” (RELATÓRIO, 1957, p. 9). Em relação ao Parque dos Campos Elíseos, consta que as crianças frequentadoras daquela instituição receberam, no ano de 1957, 71.549 refeições e que os Serviços realizaram 3.902 trabalhos diversos, enquanto o Serviço Médico registrou 556 consultas, 3.808 curativos e 140 exames biométricos. (RELATÓRIO, 1957, p. 9). Um outro bairro a receber um parque nesse período, o dos Campos Elíseos, era conhecido por seus antigos moradores como o “bairro-cidade” e este título é justificado em uma matéria de 8 de Junho de 1962 do Jornal “O Diário da Manhã”: “contando com vida própria, pouco dependendo do resto da cidade, com comércio e indústria pujante, atividades culturais intensas, atividades esportivas, sociais, de classe, assistnciais, se desenvolvendo em larga escala”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1962, p. 3).

Na Vila Virgínia e no Distrito de Bomfim Paulista, as datas de inauguração dos Parques não estão definidas nos documentos oficiais. O que se pode dizer, entretanto, é que a denominação do primeiro Parque  “Vila Guanabara” devido ao fato que este seria o novo nome do bairro Vila Virgínia a partir de 1970, se um plebiscito estivesse sido aprovado. O nome do bairro permanece o mesmo até os dias de hoje. Em Bonfim Paulista, a aprovação da construção do Parque aconteceu em 1 de Julho de 1955 segundo uma reportagem do Jornal “Diário da Manhã” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1965).

Na década de 1960, Alfredo Condeixa Filho, reeleito, inaugura parques infantis do bairro Vila Paulista (em 1960), da Vila Recreio (em 1963), da Vila Abranches (1964), de Santa Cruz do Jacques (atual Jardim Irajá, em 1965) e dos Campos Elíseos (1967). Sobre o empenho do prefeito nessas obras, o Jornal “Diário da Manhã” de 30 de Setembro de 1962, publica: “Tem sido uma constante da administração Condeixa Filho

a atenção para com os Parques Infantis (...). Todos os Parques contam com assistência ampla de professores, dentistas, dietistas e com piscinas”.

Deve-se considerar que algumas instituições têm datas de inauguração indefinidas: na Vila Lobato (correspondente ao atual bairro Monte Alegre), o Parque Áurea Aparecida Braguetto Machado parece ter iniciado suas atividades em 1973; a antiga Vila Fraternidade (atual Parque Ribeirão Preto) teve seu parque inaugurado em meados de 1977 – supostamente, o mesmo ano da abertura do Parque no Jardim Independência. Em 1979, a Lapa inaugura o último Parque de que se tem notícia em Ribeirão (resultado de uma obra social da professora benemerita Neide Golfetto de Castro iniciada em 1967).

A primeira gestão municipal de Welson Gasparini representou uma mudança significativa nas atividades dos Parques Infantis Municipais: por meio das pesquisas nos Jornais da cidade, constatou-se que o prefeito foi, gradativamente, transformando as instituições nas denominadas “Escolas Parqueanas Vocacionais” e, mais tarde, “Escolas Primárias Vocacionais”. Era o início do processo de desmantelamento das instituições de atendimento educacional e assistencial à criança pobre em benefício da preparação das crianças para o ingresso no mundo do trabalho.

À medida que os parques foram distribuídos pelos bairros, junto com eles foram levadas a efeito práticas cotidianas que consistiam em atividades recreativas, alguma educação física na forma de jogos, reforço escolar, cuidados higiênicos e atenção à saúde das crianças. O fato de privilegiar o reforço escolar, a recreação e os jogos aproximavam os parques mais de uma posição de organização educativa formal paralela à escola. É certo que os parques estavam inscritos no organograma da educação municipal, porém, do ponto de visto educativo, suas ações e seu corpo de professores dirigiram seus esforços visando a oferecer experiências e conteúdos não inteiramente pautados pelas disciplinas escolares ou mesmo a fim de suprir aquilo que os alunos não aprendiam, no caso do reforço escolar, isto sim pautado pelo currículo da escola de primeiro grau à época.

Esse conjunto de atividades e práticas era ensejado desde a concepção do espaço físico dos parques. O projeto arquitetônico elaborado pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, conforme desenhado nas plantas, previa um prédio, com uma – duas no máximo – sala de aula, cozinha, salão para as refeições e outras atividades, sala para professoras, um gabinete de odontologia, um consultório médico e brinquedos no estilo *playground* cercados por bem ampla área livre. E, em todos os parques infantis de Ribeirão Preto, esta é a estrutura física que os definiu. Por isso, o

espaço e a pedagogia dos parques faziam dele um centro de recreação, uma quase pré-escola (faltando apenas a nomenclatura para tanto), um difusor de práticas higiênicas, tudo em parte apoiado nas possibilidades que a concepção física do projeto proporcionava.

Considerações finais: de parques infantis a escolas vocacionais

O “Diário da Manhã” de 8 de Março de 1966 traz uma notícia acerca de uma palestra ministrada pelo então Diretor do Departamento de Educação e Cultura, Dr. Alpheu Gasparini, às Diretoras dos Parques Infantis da cidade. O objetivo do encontro foi apresentar a nova modalidade de ensino (criada por este Departamento) para as Diretoras, salientando que representava “uma inovação moderníssima no setor educacional, visto não existir similares em todo o Estado e até mesmo no país.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1966, p. 3). Em 11 de abril do mesmo ano, é inaugurada a Escola Vocacional dos Bandeirantes; em 23 de abril, é a vez da Escola Vocacional Anita Procópio Junqueira; em 29 de abril, a do Barracão; e, por último, em 3 de maio, a Escola Vocacional da Vila Virgínia – todas em substituição ao Parque Infantil.

Na ocasião da inauguração da Escola do Barracão, a notícia do “Diário da Manhã” (29/4/1966) explicita a organização da nova instituição: com um regime de tempo integral e professoras especializadas, os currículos contavam com práticas de “enfermagem, datilografia, noções elementares de eletricidade, pintura em tecido, arte culinária, horticultura, canto, musica, línguas (...) a fim de desenvolver vocações, bem como o espírito criador da criança.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1966, p. 5).

Em 19 de fevereiro de 1967, o primeiro Parque Infantil dos Campos Elíseos, que havia sido inaugurado em 1956, é transformado na primeira Escola Primária Vocacional da cidade. A finalidade da instituição seria proporcionar oportunidades para que a criança aprendesse a profissão para a qual tinha vocação (DIÁRIO DA MANHÃ, 1966). O processo de seleção dos alunos ingressantes era realizado por meio de testes com psicólogos especializados do Estado – vale considerar que, a esta altura, o Estado de São Paulo já possuía um “Serviço do Ensino Vocacional” que realizava Conferências nas cidades a fim de divulgar esta nova modalidade de ensino. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1967).

No início dos anos 1980, o então prefeito de Ribeirão João Gilberto Sampaio, promulgou a Lei 3839/80, que alterou a denominação dos parques infantis que ainda estavam em atividade para escolas básicas de 1º grau. Os parques contemplados nesta

lei continuaram com os mesmos Patronos e, dessa madeira, foram criadas três Escolas Básicas de 1º Grau: Euclides Castilhano, em Guatapará; Santa Terezinha, em Vila Santa Terezinha; e Núcleo Residencial Presidente Kennedy, desmembrado administrativamente da E.M.P.S.G. Dom Luiz de Amaral Mousinho.

Com isso, observa-se que as instituições foram, gradativamente, perdendo o caráter assistencialista e a relação com a educação sanitária. Essa perda de caráter educacional assistencialista dos parques incidiu devido as mudanças de Leis e novas formas de educação, assistência e amparo a criança. Dessa maneira, os anos continuados da existência e atividade dos parques parecem ter caído no esquecimento e toda benfeitoria que eles proporcionaram a população de Ribeirão Preto parece ter sido obliterada. Entretanto, a memória de ex-alunos, professores e funcionários, bem como toda a documentação depositada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto não permitem que tal instituição fique sem vestígios na história. Resta então o estudo detalhado destas fontes orais e escritas para quem sabe um dia, entender o porquê do apagamento de uma instituição que um dia foi a joia rara da educação ribeirão-pretana.

Referências

- A TARDE. Ribeirão Preto. São Paulo, 1952-1955.
- ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade*. Brasília: MEC/SPHAN, 1981.
- BASTOS, Maria Helena C. Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas, SP: Autores Associados; FAPESP, 2001. p. 31-80.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 786, de 7 de maio de 1959. Dispõe sobre a criação do serviço de recreação. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 7 maio 1959. Ano LXIX, n. 100, p. 64.
- DALBEN, André. *Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945)*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: [s.n], 2009.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Ribeirão Preto, São Paulo, 1956-1957.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Relatório de 1942. 1942.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Parque infantil. 1950.
- FARIA, Ana Lúcia G. *Educação pré-escolar e cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999a.
- _____. A contribuição dos parques infantis de Mario de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.20, n. 69, p. 60-91, 1999b.
- FONSECA, Sérgio César. A presença do público e do privado na assistência à infância: semelhanças e diferenças entre São Paulo e Ribeirão Preto (1903-1922). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.8, n.1, p. 203-220, 2009.

GUIMARÃES, Edvania. *Um breve histórico sobre a educação infantil na cidade de Americana*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Froebel e a concepção de jogo infantil. In: KISHIMOTO, T. M. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 2002.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés; RAMOS, Maria. Martha. Silvestre. Políticas e organização do Parque Infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950. In: *24ª Reunião Anual da ANPED*, 2001, Caxambu. Programas e Resumos, 2001. p. 134-148.

LEME, Fernanda de Lucca. *Memórias de um Parque Infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NIEMEYER, Carlos. Augusto. *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos Parques Infantis de São Paulo (1934-1954)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Suad A. R. de. *A história do primeiro parque infantil municipal de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola*. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, set/dez. 2010.

PEREIRA, Mônica. *O Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” da cidade de Araraquara (1941-1971)*. 2008. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PIMENTA, Jussara Santos. *As duas margens do Atlântico: um projeto de integração entre dois povos na viagem de Cecília Meireles a Portugal (1934)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. 1956.

RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. Álbum histórico e fotográfico dos postos odontológicos do serviço dentário municipal de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. 1963.

SANTOS, Maria Walburga dos. *Educadoras de parques infantis em São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955*. 2005. 299 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SÃO PAULO. Acto nº 767, de 9 de janeiro de 1935. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. IX, 1935.

SÃO PAULO. Acto nº 795, de 15 de fevereiro de 1935. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. X, 1935.

SÃO PAULO. Acto nº 861, de 30 de maio de 1935. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XII, 1935.

SÃO PAULO. Decreto nº 3.185, de 2 de agosto de 1956. Regulamenta o disposto no artigo 22 do Decreto-lei nº 430 e dá outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 2 ago. 1956.

¹ Sigla utilizada nos documentos oficiais e nas correspondências entre o Departamento e a prefeitura de Ribeirão Preto.

² A guerra franco-prussiana ocorreu entre os anos de 1870-1871 e foi a responsável pela unificação da Alemanha e pelo início da Terceira República na França.

³ Segundo Maria Helena Camara Bastos (2001) o médico carioca, Menezes Vieira, na década de 1870, era reconhecido como precursor do jardim de infância no Brasil, sendo lembrado também como divulgador da obra de Froebel no Brasil. Menezes Vieira criou em 1875 um jardim de infância anexo ao colégio que já dirigia e que era de sua propriedade. Quanto à São Paulo, em 1896 foi criado o primeiro jardim de infância público na capital do estado, anexo à Escola Normal. (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

⁴ Nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, ocupou o cargo de Interventor federal de abril de 1938 a junho de 1941.

⁵ A planta pode ser encontrada no mesmo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, na Pasta 229 - caixa 43 - setor de protocolo - dossiês - parque infantil.

⁶ O documento pode ser encontrado no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, na Pasta 229 - caixa 43 - setor de protocolo - dossiês - parque infantil.

⁷ O documento pode ser encontrado no Centro de Memória da Unicamp no Fundo Otília Foster.

⁸ O documento pode ser encontrado no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, na Pasta 229 - caixa 43 - setor de protocolo - dossiês - parque infantil.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Nicanor Miranda foi o chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura durante a gestão do Prefeito Fábio Prado, em São Paulo.

¹¹ Homenagem à esposa do ex-governador Adhemar Pereira de Barros. (PEREIRA, 2008).

¹² Homenagem a uma Educadora Sanitária conhecida na cidade por suas obras de caridade. (LEME, 2008).

¹³ A fotografia da fachada do Parque Infantil da Vila Tibério pode ser encontrada no Álbum histórico e fotográfico dos postos odontológicos do serviço dentário municipal de Ribeirão Preto, de 1963, organizado por Augusta Aguiar (Chefe da seção médico social-odontológica), depositado no Fundo Condeixa do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; A planta pode ser encontrada no mesmo Arquivo, na Pasta 229 - caixa 43 - setor de protocolo - dossiês - parque infantil.

¹⁴ A fotografia pode ser encontrada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, no fundo Coronel Alfredo Condeixa Filho, na Pasta 87, nº de registro 1078.

¹⁵ A fotografia pode ser encontrada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, no fundo José Pedro Miranda, na Pasta 51, nº de registro 586.

Artigo recebido em: 26/09/2014. Aprovado em: 01/12/2014.